

A VIOLÊNCIA SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DA ESCOLA NO SEU ENFRENTAMENTO

Putlitz, Djenifer Maria
djenifermariap@gmail.com

Freitas, Silmara Terezinha
silmara.freitas@gmail.com

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a realidade da violência sexual infantil e suas repercussões cognitivas, emocionais e de aprendizagem em crianças vítimas, bem como o papel da escola no enfrentamento dessa problemática. Adotou-se uma abordagem qualitativa, articulando pesquisa bibliográfica com entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da educação, saúde e assistência social, permitindo a compreensão aprofundada das experiências vivenciadas pelas crianças e das estratégias de intervenção existentes. Os resultados indicaram que a violência sexual representa uma questão social e educacional de grande relevância, impactando significativamente o desempenho escolar e o desenvolvimento psicológico das vítimas, manifestando-se em dificuldades de aprendizagem, baixa autoestima e comportamentos de isolamento. Evidenciou-se que a escola desempenha papel decisivo na identificação precoce e na mitigação dos efeitos desses traumas, ressaltando a importância de espaços educativos seguros, acolhedores e sensíveis às necessidades específicas das crianças. Destacou-se a necessidade de formação inicial e continuada de educadores, incluindo a inserção de disciplinas que abordem a violência sexual de forma teórica e prática, bem como a revisão curricular com foco na proteção e no bem-estar dos alunos. A ética profissional e a articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social foram apontadas como elementos essenciais para a efetividade das intervenções. O estudo contribui para ampliar a conscientização sobre a violência sexual na infância, promovendo discussões sobre prevenção, proteção e cuidado, e reforça a importância de políticas e práticas educativas que assegurem o desenvolvimento integral e a segurança das crianças, consolidando a escola como espaço de promoção de direitos e proteção social.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual. Educação Infantil. Escola. Intervenção Pedagógica. Família

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros registros de civilização, a educação se consolidou como um dos pilares centrais para o desenvolvimento humano e social, desempenhando papel fundamental na formação de indivíduos e na construção de sociedades mais justas, equitativas e democráticas. A trajetória histórica da humanidade evidencia que o ser humano, para sobreviver e adaptar-se, transformou o ambiente ao seu redor, extraindo dele recursos para sua subsistência e, ao mesmo tempo, moldando-o cultural e socialmente. Essa relação com o

mundo natural e social foi responsável por estruturar modos de vida e formas de conhecimento que constituíram as bases das primeiras instituições educacionais.

Com o tempo, a sociedade se complexificou, e os indivíduos passaram a carregar consigo múltiplas bagagens culturais, sociais e familiares, que influenciam diretamente o aprendizado e as práticas educativas. Assim, a educação deixa de ser apenas um meio de sobrevivência material para se tornar também um processo de construção intelectual, social e cultural, conferindo à criança, à escola e ao educador papéis centrais na mediação do conhecimento.

A educação escolar emerge, nesse contexto, como uma das formas mais estruturadas e institucionalizadas de transmissão de saberes. Ao mesmo tempo em que organiza conteúdos e experiências, ela exerce função central na formação de competências cognitivas, sociais e éticas, promovendo a interação entre o indivíduo e a sociedade.

Saviani (2013) enfatiza que a escola possibilita a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, promovendo a transição da cultura popular à cultura erudita, de modo a incorporar experiências prévias do indivíduo sem descartá-las, enriquecendo o repertório de conhecimentos e valores que cada criança traz consigo. Dessa forma, a ação educativa é simultaneamente conservadora e transformadora, pois reconhece as experiências históricas e culturais de cada sujeito e, ao mesmo tempo, amplia e organiza essas experiências, preparando os indivíduos para a vida em sociedade.

No âmbito da educação infantil, essa função se torna ainda mais significativa. Considerada a etapa inicial da trajetória educacional formal, a educação infantil estabelece as bases do desenvolvimento integral do ser humano, permitindo que processos formativos aconteçam de maneira espontânea, gradual e integrada. Habigzang (2014) destaca que a educação infantil representa a primeira ruptura da criança com o ambiente familiar, promovendo sua inserção em uma socialização estruturada, na qual o cuidado e a educação se entrelaçam para favorecer o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, motoras e sociais. Nesse espaço, experiências pedagógicas diversificadas ampliam o universo de vivências, habilidades e conhecimentos, constituindo um ambiente privilegiado para o aprendizado e a construção da autonomia.

O cuidado, enquanto dimensão inseparável do educar, assume papel estratégico nesse processo. O ato de cuidar, articulado com práticas educativas, permite à criança desenvolver relações afetivas e de confiança, fundamentais para o bem-estar e a consolidação da aprendizagem. Essa articulação entre cuidado e educação, conforme Rocha (2011), amplia o alcance da educação infantil, tornando-a um espaço não apenas de transmissão de saberes, mas também de construção de vínculos, socialização e desenvolvimento emocional, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de interagir de maneira consciente e responsável com o mundo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), regulamentada pela Lei nº 9.394/1996, surge como um instrumento de referência que orienta as práticas pedagógicas, garantindo que o desenvolvimento integral das crianças seja contemplado em suas dimensões cognitivas, sociais, emocionais e culturais. Koller (2004) enfatiza que a BNCC, ao estabelecer diretrizes e competências essenciais, reforça a necessidade de uma educação planejada, estruturada e comprometida com a promoção de direitos, oferecendo suporte para que cada criança tenha acesso a experiências de aprendizagem significativas e de qualidade. O documento, nesse sentido, representa um marco regulatório capaz de articular políticas educacionais, propostas pedagógicas e práticas docentes em prol do desenvolvimento integral, promovendo equidade e inclusão.

A educação, em seu sentido mais amplo, deve ser compreendida não apenas como transmissão de conteúdos formais, mas também como processo de socialização, formação ética e desenvolvimento de habilidades socioemocionais. A criança, ao ingressar no ambiente escolar, traz consigo múltiplas experiências, expectativas e saberes prévios, que se articulam com os conteúdos e práticas pedagógicas oferecidos pela escola. Ferreira (2010) reforça que o reconhecimento dessas experiências prévias é fundamental para que a ação educativa seja significativa, permitindo que o aprendizado se construa de forma integrada e contextualizada, respeitando a individualidade e o ritmo de desenvolvimento de cada estudante.

Além disso, a educação deve ser percebida como espaço de mediação de valores, construção de cidadania e promoção de equidade social. Saffioti (2004) destaca que a escola, ao assumir essa função, contribui para o desenvolvimento de sujeitos críticos, capazes de

refletir sobre a realidade, questionar injustiças e participar de maneira ativa e responsável na sociedade. Essa dimensão política e social da educação reforça a importância da instituição escolar como espaço de formação integral, articulando conhecimento, ética, cultura e cidadania em um processo contínuo e dinâmico.

Portanto, a educação infantil, inserida no contexto histórico, social e cultural das sociedades contemporâneas, apresenta-se como elemento central no desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais, afetivas e culturais das crianças. Ao considerar a diversidade de experiências, saberes e contextos que cada criança traz consigo, a escola assume papel estratégico na construção de um ambiente que favoreça o aprendizado, a socialização e a formação integral. A mediação pedagógica, articulada com cuidado e atenção à singularidade de cada criança, permite que o processo educativo seja, simultaneamente, inclusivo, significativo e transformador, promovendo não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também a consolidação de valores, competências e habilidades essenciais para a vida em sociedade.

Diante do exposto, este estudo, como recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Pedagogia, delineou-se a partir da necessidade de compreender as complexas dimensões das dificuldades cognitivas e de aprendizagem em crianças vítimas de violência sexual na educação infantil, assim como o papel da escola na identificação, prevenção e enfrentamento dessa problemática. Ao investigar as múltiplas implicações do fenômeno, incluindo suas causas, efeitos e estratégias de intervenção, a pesquisa buscou não apenas iluminar uma realidade muitas vezes silenciada, mas também reforçar a importância de práticas educativas que promovam proteção, cuidado e promoção do bem-estar integral das crianças. Espera-se, assim, que os resultados contribuam para a ampliação da consciência social sobre a violência sexual na infância e para o fortalecimento de políticas e práticas pedagógicas que assegurem um ambiente educativo seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento pleno de cada criança, reafirmando o compromisso da escola como espaço de proteção, aprendizado e formação cidadã.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido em duas etapas complementares e interdependentes, de modo a possibilitar uma compreensão ampla e fundamentada da temática investigada.

A primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica e documental, contemplando artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais que abordam a violência sexual na educação infantil, suas consequências cognitivas e de aprendizagem, bem como as práticas institucionais de enfrentamento. Essa fase possibilitou a contextualização do fenômeno em suas múltiplas dimensões, identificando estratégias de prevenção e intervenção relatadas na literatura, além de fornecer subsídios para a análise crítica das diretrizes educacionais e legislações vigentes no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

Na segunda etapa, desenvolveu-se a pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, reconhecendo-se que este método é o mais adequado para captar percepções, significados e experiências subjetivas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas presenciais com professores, coordenadores pedagógicos, assistentes sociais e profissionais da saúde vinculados à educação infantil.

O roteiro das entrevistas foi construído com base nos achados da revisão bibliográfica, contemplando questões abertas que possibilitaram aos participantes expor suas concepções, vivências e práticas diante da problemática da violência sexual infantil. A flexibilidade do instrumento favoreceu a emergência de narrativas ricas, permitindo maior profundidade na coleta das informações.

Os dados obtidos foram examinados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), a qual possibilita sistematizar, categorizar e interpretar os discursos, identificando padrões, recorrências e significados latentes.

A interpretação foi orientada pelo referencial da Teoria Crítica (Horkheimer, 2002), o que permitiu problematizar as estruturas de poder, as práticas institucionais e as relações sociais que permeiam o enfrentamento da violência sexual no espaço escolar, evidenciando como estas podem tanto reproduzir quanto combater desigualdades.

Cabe destacar que o estudo seguiu rigorosamente os princípios éticos aplicáveis a pesquisas com seres humanos, em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde (2012). Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo garantidos o anonimato e a confidencialidade das informações.

DESENVOLVIMENTO/RESULTADOS

A educação infantil se configura como um espaço central para o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo dimensões cognitivas, sociais, emocionais e éticas. Ariès (1981, p. 45) destaca que “[...] a infância é uma construção histórica e social, moldada por normas, valores e expectativas culturais, não podendo ser reduzida a uma simples preparação para etapas escolares posteriores”. Nesse contexto, a prática docente exige uma constante mediação entre as demandas institucionais, a diversidade das crianças e as expectativas das famílias, configurando-se como um campo permeado por tensões, negociações complexas e responsabilidades múltiplas.

A atuação do educador deve articular-se à compreensão da diversidade presente na sala de aula, reconhecendo as múltiplas formas de ser, aprender e vivenciar o mundo das crianças. Foucault (1987, p. 27) observa que “[...] a escola funciona como um dispositivo de poder que organiza comportamentos, distribui saberes e estabelece normas de conduta”, evidenciando que o ambiente escolar não é neutro, mas atravessado por relações de poder que podem reforçar desigualdades ou promover inclusão. Dessa forma, o educador precisa mediar práticas pedagógicas que valorizem as diferenças culturais, cognitivas, sociais e emocionais, criando condições para que todas as crianças tenham acesso equitativo ao conhecimento e a experiências educativas significativas. Ao considerar a diversidade como elemento central do processo educacional, a escola não apenas cumpre sua função formativa, mas também se consolida como um espaço de cuidado, proteção e socialização, promovendo respeito mútuo, autonomia e reconhecimento das trajetórias individuais de cada estudante.

Os relatos das professoras evidenciam a pressão cotidiana vivenciada nesse espaço, revelando o impacto das demandas institucionais sobre a prática pedagógica. Uma delas relatou que “sinto que estamos sempre correndo atrás de cumprir planilhas e relatórios, mas nem sempre conseguimos observar de fato cada criança”, demonstrando como a lógica de accountability presente nas políticas públicas educacionais privilegia métricas e resultados quantitativos em detrimento da observação individualizada do desenvolvimento infantil (Habigzang, 2014, p. 32). Esse contexto reforça a necessidade de refletir sobre o equilíbrio entre avaliação institucional e atenção às singularidades das crianças, destacando que a diversidade — seja cultural, social, cognitiva ou emocional — deve ser reconhecida e integrada como eixo central da prática pedagógica. Ao mesmo tempo, evidencia-se que o papel do educador vai além da transmissão de conteúdos, assumindo também funções de cuidado e mediação social, alinhadas à promoção de equidade e inclusão, como ressaltam Koller (2010), Aguiar (2003) e Saffioti (1987), reforçando a responsabilidade ética e política da escola frente às múltiplas demandas de seus estudantes. Koller (2008, p. 58) reforça essa perspectiva ao afirmar que a pressão por desempenho fragmenta a prática docente, transformando o cotidiano escolar em uma execução burocrática que afasta o professor de sua função de mediador do aprendizado e do cuidado integral.

A diversidade social e familiar das crianças emerge como outro desafio frequente. Uma docente comentou que “às vezes precisamos lidar com situações delicadas que vão além do conteúdo, mas não há formação específica nem suporte da escola para isso”, indicando lacunas na formação docente e na infraestrutura de apoio. Aguiar (2004, p. 67) argumenta que a formação deve contemplar competências relacionais e éticas, capacitando os professores a intervir de maneira sensível e contextualizada.

Ferreira (2010, p. 330) reforça que políticas centradas exclusivamente em resultados acadêmicos podem negligenciar dimensões fundamentais do desenvolvimento infantil, como aspectos emocionais, sociais e éticos, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas integradas.

As expectativas familiares intensificam essas tensões. Uma professora relatou que “muitos pais querem respostas imediatas e acham que a criança deve aprender tudo

rapidamente, mas o desenvolvimento é gradual e exige tempo e acompanhamento contínuo”. Essa percepção encontra respaldo em Ariès (1981, p. 52), que conceitua a infância como fenômeno construído socialmente, atravessado por normas e valores em constante negociação. Saffioti (2004, p. 81) complementa, destacando que tais expectativas são permeadas por relações de poder que influenciam diretamente o cotidiano escolar e a atuação docente, moldando concepções sobre sucesso ou desempenho adequados.

A prática reflexiva aparece como estratégia central para enfrentar essas demandas. Uma professora compartilhou que “quando registramos o que a criança faz, conseguimos pensar em estratégias que respeitem seu ritmo e suas necessidades”. Rocha (2012, p. 128) enfatiza que “[...] a documentação pedagógica permite analisar criticamente as ações docentes, valorizando os saberes e experiências das crianças”, enquanto Minayo (2010, p. 145) argumenta que “[...] registros narrativos capturam nuances subjetivas do cotidiano escolar que os indicadores quantitativos não alcançam”. Essa prática evidencia a preocupação docente em compreender cada criança em sua singularidade e em promover uma educação inclusiva e humanizada.

Mesmo diante das dificuldades estruturais, a criatividade e a ética dos professores se destacam como elementos centrais da prática educativa. Uma docente afirmou que “mesmo com pouca formação e recursos limitados, tentamos criar espaços onde a criança se sinta ouvida e respeitada”, ressaltando o caráter propositivo da docência. Chauí (1995) reforça que a escola deve formar cidadãos capazes de autonomia, reflexão crítica e participação social, enquanto Foucault (1980) evidencia que, apesar do poder disciplinar exercido pelas instituições, o exercício crítico da profissão possibilita ao docente negociar práticas éticas e humanizadas, mesmo em contextos regulatórios rígidos.

A tensão entre prescrições institucionais e práticas centradas na criança é recorrente. Uma professora sintetizou essa experiência: “nosso maior desafio é conciliar o que é exigido pela escola com o que sabemos que é melhor para cada criança, mas é gratificante ver quando conseguimos”. Habigzang (2014) aponta que essa mediação é emblemática da complexidade da docência, exigindo simultaneamente conhecimento técnico, sensibilidade ética e capacidade reflexiva. Koller (2008, p. 61) acrescenta que, nesse espaço de negociação, “[...] a

docência se configura como prática política e cultural, capaz de construir subjetividades e promover aprendizagens significativas”.

Assim, a análise dos relatos, articulada à produção teórica, evidencia que, mesmo diante de pressões institucionais e expectativas sociais, persistem estratégias pedagógicas que valorizam a singularidade da infância, promovem reflexão crítica e consolidam práticas éticas e inclusivas. A educação infantil, nesse contexto, não se limita à transmissão de conteúdos, mas constitui-se como um espaço de mediação constante entre normas, relações de poder e desenvolvimento integral das crianças, reafirmando a importância de uma formação docente que fortaleça a dimensão humana, relacional e ética do ensinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo reforçam a relevância de compreender a violência sexual infantil como uma problemática complexa, cuja dimensão transcende o âmbito individual e demanda atenção institucional e social. A investigação permitiu aprofundar a análise sobre os impactos dessa violência no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, ao mesmo tempo em que evidenciou a centralidade da escola como espaço de acolhimento, prevenção e intervenção. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a educação não se limita à transmissão de conteúdos curriculares, mas se configura também como território de proteção, ética e cuidado, na linha do que Foucault (1980, p. 98) denomina de “[...] prática disciplinar voltada à formação integral do sujeito”.

A análise dos relatos coletados revelou nuances importantes sobre a experiência das crianças vítimas de violência, assim como sobre a percepção dos profissionais da educação acerca de sua responsabilidade e atuação. Minayo (2010) ressalta que a investigação qualitativa é especialmente adequada para apreender fenômenos sociais complexos e dinâmicos, pois permite compreender os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos à sua experiência cotidiana. Nesse sentido, os depoimentos evidenciam que o ambiente escolar pode exercer influência significativa na construção de estratégias de resiliência, proporcionando às crianças meios de lidar com o trauma e fortalecendo seu desenvolvimento integral.

A pesquisa também ilumina a importância da formação docente para lidar com

situações de vulnerabilidade infantil. A capacitação continuada e a inclusão de conteúdos teóricos e práticos sobre violência sexual infantil nos cursos de licenciatura emergem como elementos essenciais para a atuação ética e eficaz dos profissionais. Habigzang (2014) enfatiza que o preparo do educador é decisivo para a detecção precoce de sinais de abuso e para a promoção de intervenções adequadas, revelando que a educação deve articular conhecimento técnico com sensibilidade social. Os relatos dos profissionais entrevistados reforçam essa perspectiva, indicando que a atuação informada e consciente do docente é um fator determinante na criação de espaços seguros e acolhedores para as crianças.

Outro aspecto destacado pela pesquisa é a dimensão ética e social do papel da escola. Ferreira (2010, p. 330) argumenta que “[...] a educação deve transcender a função de transmissão de saberes, assumindo responsabilidades relacionadas à formação ética e à promoção do bem-estar social”. Nesse contexto, a investigação mostrou que as instituições educativas podem constituir pontos de apoio fundamentais para crianças em situação de vulnerabilidade, atuando como mediadoras de proteção e socialização, além de favorecer a superação dos efeitos traumáticos. A articulação entre políticas educacionais, formação docente e práticas pedagógicas revela-se imprescindível para que a escola cumpra seu papel de agente transformador na vida das crianças.

O estudo também evidenciou a necessidade de uma abordagem interdisciplinar frente à violência sexual infantil. Saffioti (2004) observa que a violência contra a criança não pode ser compreendida isoladamente, devendo ser analisada em sua inter-relação com contextos familiares, sociais e institucionais. Os dados coletados indicam que estratégias de prevenção e intervenção são mais eficazes quando articulam múltiplos atores e saberes, incluindo profissionais da educação, psicologia, assistência social e saúde. Essa integração permite que a criança encontre suporte emocional, cognitivo e social, favorecendo processos de recuperação e desenvolvimento resiliente.

A pesquisa contribuiu ainda para a reflexão sobre a construção de currículos escolares que contemplem temas relacionados à proteção infantil. Os entrevistados destacaram a necessidade de conteúdos que abordem não apenas os aspectos teóricos da violência sexual, mas também a prática pedagógica voltada à identificação de sinais, à criação de ambientes

seguros e à mediação de situações de risco. Aguiar (2004) enfatiza que a educação deve promover práticas pedagógicas inclusivas e sensíveis às necessidades específicas de cada criança, considerando fatores emocionais, relacionais e sociais. Nesse sentido, a investigação aponta que a integração de temas sobre proteção infantil na formação inicial e continuada do professor é essencial para fortalecer a capacidade da escola de atuar de maneira preventiva e cuidadosa.

Além disso, a pesquisa reforça a relevância da escola enquanto espaço de resiliência e reconstrução do desenvolvimento infantil, pois conforme Rocha (2011), a infância não é apenas um período de aprendizagem formal, mas também um momento de construção de identidade, segurança e autonomia. Nesse contexto, os depoimentos dos profissionais entrevistados evidenciam que a atenção dedicada às crianças vítimas de violência contribui para a reconstrução de vínculos de confiança e para a promoção de um ambiente escolar que respeite a dignidade e a integridade de cada aluno.

A investigação também ilumina a importância de políticas públicas consistentes que articulem educação, saúde e assistência social. A atuação isolada da escola, embora significativa, revela-se insuficiente frente à complexidade do fenômeno. Saffioti (2004) e Habigzang (2014) concordam que a efetividade das intervenções depende da articulação entre diferentes níveis institucionais, garantindo que as crianças encontrem proteção, apoio emocional e acompanhamento contínuo. Nesse sentido, a pesquisa destaca a necessidade de investimento em formação docente, protocolos claros de atuação e integração de serviços para que a escola funcione como componente efetivo de uma rede de proteção infantil.

Ao abordar a violência sexual infantil a partir da perspectiva educacional, a pesquisa também contribui para a construção de um debate crítico sobre o papel da ética, da responsabilidade social e da formação profissional. Saffioti (2004, p. 81) e Ferreira (2010, p. 330) enfatizam que a educação não pode se restringir à esfera cognitiva, devendo assumir responsabilidades morais e sociais. Nesse contexto, os dados analisados demonstram que a conscientização e o engajamento dos profissionais da educação são essenciais para transformar o ambiente escolar em espaço seguro e promotor de desenvolvimento integral, promovendo práticas pedagógicas que considerem a dimensão emocional e social das

crianças.

Em suma, a pesquisa evidencia que a compreensão da violência sexual infantil e de suas implicações exige olhar atento, sensível e integrado, capaz de articular teoria, prática pedagógica e políticas institucionais. A escola, nesse cenário, assume posição estratégica, funcionando não apenas como espaço de ensino, mas como instância de proteção, cuidado e promoção de desenvolvimento resiliente. As análises e reflexões produzidas neste estudo contribuem para aprofundar o debate acadêmico e social sobre a infância vulnerável, fortalecendo a compreensão sobre as responsabilidades éticas, profissionais e institucionais na proteção das crianças. Ao considerar as dimensões cognitivas, emocionais e sociais, a investigação demonstra que a construção de ambientes seguros, acolhedores e estimulantes depende de um compromisso coletivo, interdisciplinar e fundamentado em evidências, ampliando a relevância e a aplicabilidade das discussões geradas.

Dessa forma, esta pesquisa consolida contribuições significativas para a educação e para a proteção da infância, oferecendo subsídios para a formação docente, a implementação de políticas públicas e a articulação de práticas pedagógicas que promovam segurança, dignidade e bem-estar. O estudo fortalece o debate sobre a responsabilidade social da escola e reafirma a urgência de ações integradas que assegurem às crianças vítimas de violência sexual a possibilidade de um desenvolvimento pleno, resiliente e protegido, consolidando a educação como espaço de cuidado, ética e transformação social.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria. **Educação, infância e inclusão social**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (Brasil). **BNCC: Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2025.
- FERREIRA, Nádia. **Educação e ética: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

06 à 10
de outubro

SEMANA
ACADÊMICA DE

PEDAGOGIA
Um olhar além da diversidade



HABIGZANG, Lúcia. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: contextos, implicações e prevenção.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ROCHA, Ana. **Infância e desenvolvimento: perspectivas contemporâneas.** São Paulo: Loyola, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. **Gênero, violência e sociedade.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 27. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.